

ERJ/IEI

0105

43964-9

Universidade Federal do Rio de Janeiro

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 105  
UMA NOTA SOBRE A CRISE DA TEO-  
RIA ECONÔMICA

João Bosco Mesquita Machado  
Franklin Leon Peres Serrano

Outubro/1986



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

UMA NOTA SOBRE A CRISE DA TEORIA ECONÔMICA

João Bosco Mesquita Machado  
Franklin Leon Peres Serrano

Outubro/1986



43 - 016338

FEA - UFRJ  
BIBLIOTECA

Data: 20 / 3 / 87

N.º Registro: 043964-9  
NS 98324

S  
UFRJ/IEI  
TD 105

FICHA CATALOGRÁFICA

Machado, João Bosco Mesquita  
Serrano, Franklin Leon Peres

Uma Nota Sobre a Crise da Teoria Econômica  
-- Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia  
Industrial, 1986.

21 p. -- (Texto para Discussão nº 105)

UMA NOTA SOBRE A CRISE DA TEORIA ECONÔMICA\*

João Bosco Mesquita Machado \*\*

Franklin Leon Peres Serrano \*\*\*

"In short, we have no theory of distribution. We have nothing to say about the subject that above all others occupies the minds of the people whom economics should enlighten".

Joan Robinson

1 - Nos anos recentes tem se difundido amplamente a idéia de que a teoria econômica se encontra em estado de crise<sup>(1)</sup>. A natureza e as características desta crise tem sido objeto de intenso debate sob os mais variados aspectos, que abrangem toda a sua epistemologia. Este trabalho não tem pretensão de contribuir para esta discussão ao nível de teoria do conhecimento. Visamos apenas enfatizar a relevância e a necessidade de uma abordagem mais analítica para a questão da crise, que conduza a uma concepção teórica mais rigorosa deste fenômeno do ponto de vista do economista, isto é, enquanto problema intrínseco à lógica da teoria econômica. Neste sentido, procuramos traçar um esboço de um esquema analítico que, se

(\*) Uma versão preliminar deste trabalho, foi apresentada na mesa de economia política do XIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC em Vitória em 04/12/1985 e publicada nos anais do Congresso. Os autores agradecem o Professor João Heraldo Lima que comentou o trabalho na ocasião e aos demais participantes da Mesa. Agradecemos também os comentários de Fábio Giambiasi e Ronaldo Fiani e especialmente as críticas e apoio constante de nosso orientador, Prof. Ricardo Tolipan.

(\*\*) Da CPA/MINIFAZ.

(\*\*\*) Do IEI/UFRJ.

concentrando na discussão de alguns conceitos-chave, nos permite identificar os problemas teóricos centrais que estão por trás da noção de crise e caracterizar mais precisamente suas origens, sua instauração e as dificuldades analíticas inerentes às atuais propostas que visam sua superação<sup>(2)</sup>.

2 - A história do pensamento econômico seria o principal recurso utilizado na construção deste esquema. Somente através dela é possível identificar corretamente a gênese e evolução dos conceitos-chave no qual baseamos o esquema proposto. Logo, esta postura torna necessário que se conte uma história do pensamento econômico. Não da forma usual de história da verdade, enquanto cadeia de erros e posteriores acertos em direção à verdade ortodoxa, nem como uma longa cadeia de acertos e posteriores erros e deformações que aos poucos destruíram a antiga verdade heterodoxa, que caberia à história do pensamento econômico resgatar<sup>(3)</sup>. A história a ser contada deveria mostrar como alguns conceitos que foram a base dos discursos científicos em economia foram se desenvolvendo e difundindo entre as suas diversas vertentes e como a crítica a estes conceitos instaurou a crise atual. Nossa sugestão é que essa história deveria se centrar no exame da trajetória de dois conceitos fundamentais do discurso do economista: 1º) a concepção de que a moeda é uma mercadoria; 2º) a concepção técnica de capital. A primeira seria a herança (problemática) legada pela economia clássica e a segunda seria o legado da escola neoclássica.

3 - A história do desenvolvimento de cada um destes conceitos é também a história da supressão de questões indese-

jáveis. A história da economia política clássica é a história da substituição do dinheiro pela mercadoria como objeto central de análise<sup>(4)</sup>. Esta anulação da especificidade da moeda, que fica subsumida pelo discurso clássico a apenas uma mercadoria a mais, é fruto de uma dupla necessidade teórica: de um lado servia de base à crítica da noção mercantilista de riqueza<sup>(5)</sup> e de outro era fundamental para a constituição de uma visão de funcionamento do sistema econômico inteiramente auto-regulável, sem a arbitrária intervenção do Estado.

Isso ocorre por ser impossível pensar uma economia capitalista verdadeiramente monetária sem introduzir explicitamente a questão do Estado. Primeiro, porque é o Estado quem estabelece os mercados de "fatores de produção", rege e garante seus contratos. Em segundo lugar, porque não é o mercado que elege a mercadoria que será o numerário, mas sim o próprio Estado. Mesmo se o objeto utilizado como unidade monetária for também produzido como mercadoria (ouro, prata, etc), isto não implica que se possa prescindir da análise do Estado, pois mesmo assim todas as relações sociais básicas da sociedade de capitalista (os contratos de trabalho, empréstimos e de propriedade) só têm validade social se definidos em termos do padrão monetário estabelecido pelo Estado, que é desta forma o órgão que define e controla o funcionamento da ordem capitalista, mesmo numa economia competitiva e sem regulação direta.

Assim, a ênfase dos economistas clássicos na semelhança entre a moeda e as outras mercadorias os fez justifi-

car a escolha do padrão monetário a partir das características físicas do objeto utilizado como meio de troca (durabilidade, divisibilidade, etc) que teria então sido eleito "naturalmente" pelos produtores independentes como a moeda e ao mesmo tempo permitiu-lhes fugir da questão da natureza necessariamente monetária dos contratos que definem as relações sociais da economia capitalista, criando a idéia de que seria possível se pensar esta economia como um conjunto de decisões atomizadas de troca entre produtores isolados em tudo semelhantes às trocas efetuadas na mítica sociedade "rude e primitiva" onde não havia o direito positivo (contratos expressando relações de poder) mas apenas o direito natural de indivíduos iguais.

Abolir o caráter monetário do excedente capitalista significava então fundar a noção de riqueza social na imagem de uma "imensa coleção de mercadorias" e anular qualquer papel ativo do Estado na configuração da "ordem natural" da sociedade capitalista. Assim, este primeiro conceito, que implicava na anulação teórica da moeda, permitiu a supressão do Estado e a difusão do mito do sistema auto-regulável<sup>(6)</sup>.

4 - A difusão do conceito de moeda-mercadoria, isto é, de que o dinheiro era apenas um véu que encobria uma troca "real" de mercadorias parece ter favorecido o surgimento da concepção técnica de capital, que é a base da noção de capital enquanto "fator de produção". Para os clássicos, o capital era um fundo, um poder de compra sobre recursos necessários à produção (meios de produção e de subsistência). Esta idéia retém ainda um caráter monetário, pois um fundo, como o dinheiro, é

"fluido" e pode se materializar em múltiplas formas (máquinas, matérias-primas, fundo de salários). Mas se o próprio dinheiro passa a ser identificado com as outras mercadorias, a noção de capital enquanto um fundo acaba dando lugar à visão neoclássica de que o capital seria um conjunto de mercadorias acumuladas no passado. Isto, somado à crítica da teoria clássica do fundo de salários, permitiu aos neoclássicos identificar o capital aos próprios meios de produção e restringir os elementos que o constituíam às máquinas e equipamentos produzidos no passado (capital fixo), abandonando a noção de fundo pela idéia de "fator de produção" original juntamente com a terra e o trabalho<sup>(7)</sup>. Contra a possível objeção de que estes equipamentos eram basicamente trabalho acumulado no passado surge a idéia de que foi exatamente por ter sido acumulado e não dissipado em consumo que este trabalho converteu-se numa produção e produtividade atual maiores, cabendo assim a quem acumulou (ou "se absteve") a remuneração derivada da contribuição do capital à produção. Com esta concepção técnica do capital, que o trata como fator primário ou original, monta-se finalmente o sistema neoclássico, que consiste numa "avenida unidirecional que parte dos fatores de produção para os bens finais"<sup>(8)</sup>.

5 - A substituição neoclássica da idéia de capital como um fundo pela concepção técnica de capital, que foi fruto da desapareição da moeda nos clássicos e da crítica à teoria do Fundo de Salários elaborada pelos marginalistas, abriu espaço para uma segunda "desapareição" muito importante, ou seja, o afastamento da idéia do conflito distributivo, tema central da economia política clássica.

Na visão clássica, a taxa de lucros era a remuneração sobre o fundo de todos os recursos necessários para a produção, inclusive os salários e o capital circulante. Na visão neoclássica a taxa de lucros é apenas o preço ou remuneração de um dos "n" fatores de produção, que são vistos de forma independente entre si, preço este que deve, em equilíbrio, ser proporcional a sua respectiva produtividade marginal. Com esta separação dos "Fatores" desaparece completamente a idéia de um excedente limitado tecnicamente e que deve ser repartido. O produto líquido agora é visto como a soma das capacidades produtivas dos vários fatores, sendo possíveis variações autônomas e independentes de salários e lucros - fazendo desaparecer completamente a problemática clássica da distribuição. Esta finalmente passa a ser um caso especial da teoria dos preços baseada no princípio marginalista<sup>(9)</sup>.

6 - Seria esta, em linhas gerais, a história a ser contada. É interessante notar que a economia só se constitui enquanto ciência autônoma e com um paradigma hegemônico do período neoclássico quando tanto o Estado - através da neutralidade da moeda -, quanto a questão do conflito de classes através da supressão da noção clássica do excedente, foram afastadas. A atual crise da teoria econômica poderia então ser vista como a crise destes dois conceitos, ou seja, como uma reaparição dos temas indesejáveis que estes conceitos suprimiram, reaparição que ameaça destruir todo o arcabouço teórico cuidadosamente construído para que a economia se tornasse uma ciência. São duas as formas em que surgem este tipo de fantasmas: as críticas keynesianas e de Sraffa.

7 - A base da crítica de Keynes é a proposição de que a economia capitalista é fundamentalmente uma economia monetária, e de que a moeda não é "neutra" nem pode ser reduzida a um numerário arbitrariamente escolhido no universo das mercadorias comuns. A partir desta idéia Keynes critica a determinação neoclássica do salário real e do nível de emprego, refuta a Lei de Say com base no argumento de que numa economia monetária "bens compram dinheiro, dinheiro compra bens, mas bens não compram bens" (o que implica na predominância do gasto sobre a renda e a produção), e ataca a teoria quantitativa da moeda através da teoria da preferência pela liquidez. Sua crítica abre espaço para a análise do papel regulador da atuação econômica do Estado, tanto a nível da política monetária e financeira quanto a nível do gasto público e seus efeitos sobre a determinação da demanda efetiva e, conseqüentemente, do nível de atividade e emprego<sup>(10)</sup>. Além disto Keynes é o primeiro autor que trabalha com uma economia efetivamente monetária onde nem o trabalho, nem a moeda, nem o capital são vistos como mercadorias e portanto não tem valores "reais" e na qual é impossível a ausência de referência explícita ao Estado mesmo num sistema de "laissez-faire".

8 - O modelo de Sraffa, que constitui a crítica à noção de capital criada pelos neoclássicos, aparece quase 30 anos depois da elaboração de Keynes da teoria monetária da produção, já então completamente absorvida por sua versão mais tradicional: a síntese neoclássica de Hicks-Patinkin. A crítica de Sraffa demonstra a inconsistência lógica (interna) da teoria neoclássica do capital constituída a partir de uma

quantificação meramente física (ou técnica) dos fatores de produção<sup>(11)</sup>. Segundo Sraffa, como o capital é também algo produzido (e não um "fator" primário ou original), os movimentos de seus preços relativos "não podem ser reconciliáveis com nenhuma noção de capital como uma quantidade mensurável independente da distribuição e dos preços"<sup>(12)</sup>.

9 - A partir destas duas críticas instaura-se definitivamente a crise na teoria econômica. O paradigma neoclássico perde sua hegemonia incontestável. A economia enquanto ciência rigorosa e universalmente válida, baseada exclusivamente nas noções de técnica e de natureza (tanto a natureza do mundo físico - retornos decrescentes -, quanto do ser humano - utilitarismo) entra em colapso e sua incapacidade de levar em conta os fatos políticos e sociais básicos do capitalismo é reconhecida por um número crescente de economistas. Diante da constatação deste estado de crise ganham legitimidade científica diversas correntes teóricas heterodoxas anteriormente negligenciadas e abre-se o leque de abordagens teóricas consideradas aceitáveis.

10 - Estas distintas visões teóricas vão se fortalecendo e começam a se firmar como candidatos a paradigmas alternativos que surgem como propostas de superação da crise vigente. Destas várias correntes alternativas, quatro são as que se apresentam como candidatos mais fortes a novo paradigma da economia, a saber: os neowalrasianos, neomarxistas, neoricardianos e neokeynesianos<sup>(13)</sup>. A lógica do nosso referencial analítico nos oferece uma maneira bastante simples de

nos ajudar a avaliar as pretensões destes candidatos. Uma vez que definimos a Ciência Econômica a partir da consolidação dos dois conceitos-chave (moeda-mercadoria e concepção técnica de capital), e deduzimos sua crise como a crise destes dois conceitos, qualquer proposta de superação desta deveria, de alguma forma, colocar algo de novo no lugar destes dois conceitos problemáticos. Vejamos agora resumidamente o quanto (e como) cada uma destas quatro correntes consegue passar por este "teste".

11 - A característica marcante da escola neowalrasiana é que o seu desenvolvimento analítico não se traduziu num efetivo aprimoramento no tratamento dos conceitos de moeda e capital. Alguns dos seus seguidores admitem que seus principais resultados têm sido a geração de modelos rigorosos logicamente consistentes<sup>(14)</sup>. Através do aperfeiçoamento do uso da linguagem matemática os neowalrasianos tentam provar a existência e a possibilidade de convergência ao equilíbrio, fornecendo uma inquestionável consistência interna aos modelos, mesmo que a custo da adoção de hipóteses claramente irrealistas. No que diz respeito à moeda, os neowalrasianos continuaram a vê-la como um numerário neutro que só afeta o nível geral de preços. Quanto ao capital, a fim de esquivar-se dos problemas inerentes ao conceito neoclássico tradicional, a escola neowalrasiana se afasta da análise do equilíbrio do nível de mercados específicos (equilíbrio marshalliano) ou da economia como um todo (função de produção agregada) para o contexto do equilíbrio geral, de forma a dar conta dos problemas de simultaneidade e interdependência. A fim de manter a noção de fa-

tores de produção e de alocação de "recursos escassos", bem como para enfrentar a crítica Sraffa, os neowalrasianos são levados a abandonar a idéia de uniformidade de taxa de retorno, o que significa concentrar sua análise na determinação dos preços de demanda e conseqüentemente abandonar a análise dos preços de produção<sup>(15)</sup>.

12 - Os adeptos da visão neomarxista sugerem que é na teoria do valor de Marx que deve ser buscada a base para um paradigma alternativo. Entretanto, esta teoria padece, ao menos ao nível da lógica formal, dos problemas que afligem a teoria neoclássica e de cuja crítica surgiu a crise atual. De um lado a teoria marxista do valor herdou a noção clássica de moeda-mercadoria, já que o equivalente geral numa sociedade mercantil é visto como eleito entre as diversas mercadorias existentes. Importando a teoria monetária clássica, a teoria do valor traz para si todos os problemas que esta concepção do dinheiro apresenta. Por outro lado, a teoria do capital derivada da teoria de valor de Marx apresenta problemas de indeterminação formal em pelo menos três níveis:

O primeiro problema é a tentativa de Marx de derivar o conceito de capital a partir da noção de mercadoria. Isto o leva não apenas a utilizar a concepção clássica da moeda como também o obriga a postular que a força de trabalho, o conceito básico de sua teoria de mais-valia (e portanto de toda sua teoria do capital) seria também uma mercadoria apesar de sua natureza "especial"<sup>(16)</sup>. O segundo problema diz respeito aos mecanismos de geração e transferência de valor embu-

tidos nos conceitos marxistas de capital variável e capital constante. É a idéia de que o valor gerado é proporcional apenas ao capital variável (trabalho vivo ou direto) e de que o capital constante apenas transfere ou conserva o seu valor (pré-existente?) que permite a Marx tratar a composição orgânica e a taxa de mais-valia como variáveis independentes entre si e a partir daí mostrar que aumentos na composição orgânica, não compensados por aumentos proporcionais na taxa de mais-valia, reduziriam a taxa de lucro. É no entanto fácil demonstrar que variações na composição orgânica que não diminuíam a produtividade do sistema geram variações compensatórias na taxa de exploração mesmo com o salário real dado<sup>(17)</sup> e que portanto, a taxa de lucro não é afetada pela composição em valor do capital. A relação que Marx faz entre composição do capital e taxa de lucro está ligada a uma concepção técnica do capital que postula a definição de composição orgânica como o reflexo em valor da composição técnica, de forma independente da taxa de mais-valia.

A terceira dificuldade é dada pelo processo de transformação dos valores em preços de produção que por si só também implica numa "avenida de mão única dos fatores de produção aos bens finais", embora neste caso particular o trabalho seja o único fator primário e a mais-valia surja como dedução do valor gerado por este. Esta é também uma concepção técnica do capital onde seu valor (C+V) é definido na esfera dos valores em termos de trabalho socialmente abstrato que devem ser "transformados" para chegarmos aos preços de produção<sup>(18)</sup>. Sobre estes conceitos problemáticos

aos quais se aplicam a crítica geral à concepção técnica de capital feita por Sraffa e Robinson, se baseiam as principais leis de movimento proposta por Marx e principalmente a famosa "Lei de Tendência". Se o neomarxismo está com problemas teóricos e lógico-formais de natureza semelhante ao da economia neoclássica, o que explica que este se apresente como alternativa mais rigorosa ao pensamento dominante? A resposta parece estar no fato de que assim como os economistas neowalrasianos ignoram os aspectos mais gerais da crise da teoria econômica e se propõem como alternativa meramente porque sua teoria é logicamente consistente, um fenômeno inverso, porém em algum aspecto semelhante, ocorre com os neomarxistas. Estes ignoram todas as implicações da crise em termos da consistência lógica e se afirmam como paradigma alternativo por se considerarem ao mesmo tempo donos de um saber mais rico e mais profundo sobre o Capitalismo (as leis de movimento de Marx) e também de um método de análise que lhes fornece até uma lógica superior à lógica formal dos economistas "burgueses" (a dialética) <sup>(19)</sup>.

13 - As duas outras correntes teóricas que disputam a hegemonia do pensamento econômico atual (os neoricardianos e os neokeynesianos) não tentam recuperar abordagens anteriores à crise da teoria econômica e sim formular paradigmas alternativos a partir da base construída pelos dois principais críticos da Economia Neoclássica: Sraffa e Keynes. O pensamento neoricardiano apresenta como pontos fortes uma teoria rigorosa dos preços de produção e sua ênfase no conceito de excedente e no conflito distributivo, temas inteiramen-

te suprimidos pela teoria neoclássica. Sua teoria do capital é livre de problemas lógicos e caracteriza bem a determinação política das variáveis distributivas. Seu ponto fraco, no entanto, está na questão monetária. O modelo neoricardiano mais comum só "fecha" com a definição de uma taxa de salários real e muitos de seus seguidores postulam (como Ricardo) a validade da Lei de Say no longo prazo. Os neoricardianos, portanto, têm uma teoria do capital, mas não uma teoria monetária.

14 - A alternativa neokeynesiana herda da "Teoria Geral" de Keynes um tratamento substantivo das questões ligadas à moeda e a concepção da economia capitalista como economia monetária. No entanto, falta a esta escola, talvez em função do próprio silêncio de Keynes, uma discussão mais atenta do problema da distribuição. Os modelos neokeynesianos se ressentem também de uma teoria de longo prazo que torne logicamente plausível a análise das mudanças estruturais e elimine, em consequência, o caminho pelo qual se pode fugir ao tratamento da problemática distributiva. Portanto, se os neokeynesianos possuem uma teoria monetária, não podemos afirmar que eles possuem uma teoria do capital, a não ser que consideremos satisfatória uma teoria do capital baseada em pura psicologia ("Animal Spirits" e preferência pela liquidez).

15 - Pela breve discussão acima deve ter ficado claro que, de acordo com o esquema de análise proposto neste artigo, a crise da teoria econômica ainda não foi "superada" por nenhuma das escolas de pensamento rivais que disputam o lugar de paradigma dominante hoje em dia, o que significa que

todas elas têm insuficiências analíticas graves. Neste sentido defendemos a idéia de que o que se encontra em crise teórica é a Ciência Econômica como um todo e não apenas o paradigma neoclássico tradicional. Esta crise nos parece ser a crise do economicismo, da dificuldade de tratar o social (o Estado e os grupos ou classes sociais principalmente) com o instrumento analítico do economista.

16 - Uma situação como esta de paradigmas parciais e incompletos força o economista crítico a adotar uma posição um tanto eclética, o que significa uma postura delicada, onde sempre se corre o risco de incoerência. Nosso esquema de análise sugere que nesta tarefa difícil, uma alternativa de aproximação da teoria dos preços e do capital neoricardiano com a teoria monetária neokeynesiana, embora bastante problemática, talvez seja o caminho mais promissor a ser explorado (pelo menos enquanto não surja algo inteiramente novo) uma vez que os pontos fortes destas visões teóricas são basicamente complementares <sup>(19)</sup>.

Existe outra dificuldade muito importante na situação atual. Como vimos acima, os principais modelos apresentados não "fecham" e por isto nós, economistas, os consideramos insatisfatórios. Mas se a superação da crise teórica é a superação do economicismo, é a inclusão explícita e direta do político e do social nos modelos dos economistas, das duas uma: ou nos acostumamos a viver felizes com os modelos mais abertos, que não "fecham", ou teremos que tornar a ciência política e a sociologia mais precisas, para que uma Teoria Eco-

nômica que as leve em conta produza modelos que "fecham" <sup>(20)</sup>. Não há como saber, hoje, para qual destas duas direções a teoria econômica vai se voltar. A única coisa que hoje sabemos é que precisamos de uma nova teoria econômica, que contenha acima de tudo uma teoria monetária da distribuição.

## NOTAS

- (1) - Ver TOLIPAN (83 A), ARIDA (82), ROBINSON (79).
- (2) - Evidentemente um programa de pesquisa desta natureza não pode sequer começar a ser desenvolvido de forma satisfatória numa nota das dimensões desta. Este texto portanto deve ser visto apenas como a proposta de uma linha de pesquisa e como uma sugestão de programa para o curso de História do Pensamento Econômico, a ser ministrado preferencialmente no último período da graduação.
- (3) - Na concepção de Arida (82), a primeira destas posturas corresponde à idéia de superação positiva, ligada à escola "americana", enquanto a segunda corresponderia à idéia da superação negativa ligada à escola "européia".
- (4) - Ver TOLIPAN (83 B).
- (5) - Para uma análise do pensamento e práticas mercantílicas ver DEYON (73).
- (6) - Ver POLANYI (80) e CARTELIER (80).
- (7) - Ver HICKS (78).
- (8) - Ver GAREGNANI (60) e SRAFFA (83).
- (9) - Ver BENETTI (76).
- (10) - Ver KEYNES (83) e KALECKI (77).
- (11) - Ver SRAFFA (83) e ROBINSON (79).
- (12) - Ver SRAFFA (83), capítulo 5. Isto pode ser demonstrado de forma simples. Para a teoria neoclássica a taxa de lucro deve ser igual ao produto marginal do capital, ou seja,  $\frac{\partial Q}{\partial K} = r$ . O problema é que, quanto existe mais de um tipo de bem de capital, a variável K só pode significar o valor do estoque de capital. Este valor consiste na soma dos diversos bens de capital ponderados pelos seus preços relativos. Se estes preços relativos não dependem da

- taxa de lucro, não há nenhum problema: uma vez conhecido K, é possível determinar r. Sraffa e Robinson mostraram, no entanto, que os preços relativos dependem de forma complexa da taxa de lucros e que portanto, estes preços e o próprio valor de K só pode ser conhecido depois de determinada a taxa de lucros, sendo assim logicamente impossível determinar a taxa de lucro a partir da produtividade marginal do capital.
- (13) - Alguns autores representativos de cada corrente seriam: neowalrasianos - K.Arrow, F.Hahn; neomarxistas - A.Shaikh e a escola "radical" americana; neoricardianos - L.Pasinetti e J. Eatwell; neokeynesianos - P.Davidson, H.Minsky, G. Shackle.
- (14) - Ver HAHN (83). Introdução.
- (15) - Ver GAREGNANI (60) e ROWTHORN (80), cap.1.
- (16) - Sobre a impossibilidade de reduzir a força de trabalho a uma mercadoria e as implicações destrutivas desta crítica sobre a teoria da mais-valia. Ver SCHUMPETER (42), LAUTIER & TORTAJADA (81) e STEEDMAN (82). Para a crítica geral a visão do capital a partir da extensão do conceito de mercadoria ver BENNETTI & CARTELIER (81).
- (17) - Para uma demonstração simples da independência entre composição orgânica e taxa de lucro num esquema de reprodução marxista ver PIRES (84).
- (18) - Para uma discussão sobre a necessidade de abandonar a teoria do valor de Marx ver LIPPI (79) e STEEDMAN (77).
- (19) - O economista que vem tentando construir esta integração e tem obtido alguns resultados interessantes é P.Garegnani. Ver GAREGNANI (78) e GAREGNANI (79).
- (20) - Um exemplo de uma tentativa modesta e surpreendentemente bem sucedida neste sentido é a teoria do ciclo econômico-político desenvolvida por KALECKI (77).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIDA, P. "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Re-  
tórica", PUC/RJ, mimeo 1982.
- BELLUZZO, L. "Valor e Capitalismo", Ed. Brasiliense, SP, 1980.
- BENNETTI, C. "Valor e Repartição", Ed. Coimbra, Portugal, 1976.
- BENNETTI, C. e CARTELIER, J. "Marchands, Salariat et Capitalistes",  
Maspero, 1981.
- CARTELIER, L. "State and Wage Labor" in Capital & Class, 18, 1980.
- DEYON, P. "O Mercantilismo", Ed. Perspectiva, SP, 1973.
- FAUSTO, R. "Marx, Lógica & Política: Vol. I", Brasiliense, 1982.
- GAREGNANI, P. "Il Capitale Nelle Teorie Della Distribuizione",  
Guiffrè, Milano, 1960.
- GAREGNANI, P. "Notes on Consumption, Investment and Effective  
Demand, Part. I". Cambridge Journal of Economics, Vol. 2, nº4  
1978.
- GAREGNANI, P. "Notes on Consumption, Investment and Effective  
Demand, Part. II", Cambridge Journal of Economics, Vol. 3, nº1  
1979.
- HAHN, F. "Money and Inflation", MIT Press, Cambridge, 1983.
- HICKS, J. "Perspectivas Econômicas", Zahar, RJ, 1978.
- KALECKI, M. "Crescimento e Ciclo nas Economias Capitalistas",  
HUCITEC, SP, 1977.
- LAUTIER, B. e TORTAJADA, R. "Ecole, Force de Travail et Salariat"  
PUG, Grenoble, 1981.
- LIPPI, M. "Value and Naturalism in Marx", NLB, London, 1979.
- PIRES, E. "Ensaio Econômico", Achiamé, RJ, 1984.
- POLANYI, K. "A Grande Transformação", Ed. Campus, SP, 1980.
- ROBINSON, J. "Contribuições à Economia Moderna", Zahar, RJ,  
1979.
- ROWTHORN, R. "Capitalism, Conflict and Inflation", Lawrence and  
Wishart Londres, 1980.

- SCHUMPETER, J. "Capitalism, Socialism and Democracy", Allen &  
Unwin, N. York, 1942.
- SRAFFA, P. "Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias",  
Abril, SP, 1983.
- STEEDMAN, I. "Marx After Sraffa", Verso, London, 1977.
- STEEDMAN, I. "Marx on Ricardo" in BRADLEY I. & HOWARD M.  
"Classical and Marxian Political Economy; Essays in Honor  
of R.L.Meek", MacMillan Press, London, 1982.
- TOLIPAN, R. "A necessidade da H.P.E.", Texto para Discussão nº3  
IEI/UFRJ, 1983a.
- TOLIPAN, R. "Brevíssimas Considerações sobre o Método de Marx",  
Texto para Discussão nº 32, IEI/UFRJ, 1983b.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1986  
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
85. SOUZA, Isabel R.O. Gómez de. <u>Pressupostos ideológicos da estratégia participativa de administração pública.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 85)	22
86. HAGUENAUER, Lia. <u>O complexo químico brasileiro. Organização e dinâmica interna.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 86)	114
87. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. <u>Nacionalismo versus questão nacional: o exemplo da política nuclear no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 87)	88
88. FIORI, José Luís. <u>A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil - uma hipótese preliminar.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 88)	113
89. TIGRE, Paulo Bastos. <u>Perspectivas da indústria brasileira de computadores na 2a. metade da década de 80.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 89)	55
90. ERBER, Fábio Stefano. <u>Padrões de desenvolvimento e difusão de tecnologia.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 90)	73
91. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. <u>A "superação" da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Os caminhos da crítica.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 91)	38
92. ZONINSEIN, Jonas. <u>Conception and theoretical ambiguities of social democracy in the twentieth century: Hilferding's finance capital.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 92)	42
93. BATISTA, Jorge Chamí. <u>Brazil's Second National Development Plan and its Growth-Cum-Debt Strategy.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 93)	94
94. TAVARES, Maria Conceição. <u>Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periféricos.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 94)	66
95. PENA, Maria Valéria Junho. <u>Anotações sobre a pobreza feminina na constituição de um mercado de trabalho informal do Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (Discussão 95)	26



